

LEANDRO REINALDO DA CUNHA

MANUAL DOS **DIREITOS** **TRANSGÊNERO**

A perspectiva jurídica da identidade
de gênero de transexuais e travestis

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data da entrega dos originais à editora. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Data do fechamento do livro: 02/10/2024
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright ©2025 by
Saraiva Jur, um selo da SRV Editora Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
- Atendimento ao cliente: <https://www.editoradodireito.com.br/contato>
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da **SRV Editora Ltda.**
- Capa: Tiago Dela Rosa
Diagramação: Fabricando Ideias Design Editorial
- **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**
ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR – CRB-8/9949

C972m Cunha, Leandro Reinaldo da
Manual dos direitos transgênero – a perspectiva jurídica da identidade de gênero
de transexuais e travestis / Leandro Reinaldo da Cunha. – São Paulo: Saraiva
Jur, 2025.

312 p.
ISBN: 978-85-5362-052-4

1. Direito. 2. Doutrina. 3. Direitos humanos. I. Título.

2024-2735 CDD 341.4
CDU 341.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos humanos	341.4
2. Direitos humanos	341.4

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	VII
<i>Prefácio</i>	XI
<i>Apresentação</i>	XIII
<i>Introdução</i>	1
1. SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO	3
1.1. Identidade de gênero	6
1.1.1. Cisgêneros	6
1.1.2. Transgêneros.....	7
1.1.2.1. Transexuais, travestis e não binários	9
1.1.2.2. Intersexual.....	13
1.1.2.3. Despatologização da condição transgênero	14
1.1.2.4. Crianças transgênero	15
2. TRANSIÇÃO FÍSICA E SAÚDE DA PESSOA TRANSGÊNERO	17
2.1. Procedimentos para a afirmação do gênero de pertencimento.....	18
2.1.1. Hormonioterapia	20
2.1.2. Intervenções cirúrgicas.....	23
2.1.3. Passabilidade.....	25
2.2. Saúde física e mental da pessoa transgênero	27
3. IDENTIDADE DE GÊNERO NA SOCIEDADE	33
3.1. Preconceito, discriminação e vulnerabilidade.....	33
3.2. Normalidade e sexualidade.....	40
3.3. Estigma	45
3.4. Intolerância	48
3.5. Invisibilidade	50
3.6. Interseccionalidade	51
3.7. A “fragilidade cis”	55
3.8. Conveniência da ignorância quanto às minorias sexuais.....	58
3.9. Genocídio trans e o Estado de Coisas Inconstitucional	59
3.10. Linguagem neutra	62
4. DIREITO À SAÚDE E DIREITO MÉDICO	65
4.1. Direitos do paciente	65
4.1.1. Acesso ao tratamento ou cirurgias de afirmação de gênero.....	68

4.1.2. Demora na realização do tratamento	72
4.2. Reprodução humana assistida	75
4.3. Responsabilidade médica	78
4.3.1. Erro médico	78
4.3.2. Prontuário médico	80
4.3.3. Objeção de consciência	81
5. DIREITOS DA PERSONALIDADE	83
5.1. Alteração do nome e sexo nos documentos	84
5.1.1. A impropriedade técnica da mudança do gênero no documento	93
5.1.2. Alteração <i>post mortem</i> do prenome e sexo nos documentos	95
5.1.3. O novo RG (Carteira de Identidade Nacional – CIN)	96
5.1.4. Alteração em documentos de terceiros	98
5.2. Imagem, honra e privacidade	99
5.2.1. Dano à imagem e à honra	99
5.2.2. Direito à privacidade/intimidade e ao esquecimento	101
5.2.3. Desrespeito à identidade de gênero no sepultamento	104
6. CONTRATOS	107
6.1. Fase pré-contratual	107
6.2. Identidade de gênero no plano da validade	109
6.2.1. Capacidade e agente capaz	109
6.2.2. Licitude e possibilidade do objeto	110
6.2.3. Ilícitude da motivação e simulação	111
6.2.4. Defeito do negócio jurídico	111
6.3. Identidade de gênero no plano da eficácia	112
6.3.1. Condição	113
6.3.2. Encargo	114
6.4. Contrato de doação	114
6.4.1. Cláusula de incomunicabilidade	114
6.4.2. Revogação da doação	115
6.4.3. Doações segregatórias	116
7. DIREITO DE FAMÍLIA E RELACIONAMENTOS AMOROSOS	117
7.1. Parentesco e relação com os filhos	117
7.1.1. Reconhecimento da filiação	118
7.1.2. Adoção	119
7.2. Direitos/deveres dos pais transgênero em relação a seus filhos	121
7.2.1. Poder familiar ou autoridade parental	122
7.2.2. Alienação parental	124
7.2.3. Descumprimento do dever de cuidado ou “abandono afetivo”	125

7.3. Casamento e união estável.....	126
7.3.1. Dissolução do casamento/união estável em razão da transgeneridade	130
7.3.1.1. Transgeneridade desconhecida pelo cônjuge/companheiro antes de se casar/unir	130
7.3.1.2. Transgeneridade constatada pela pessoa transgênero após o casamento	132
7.4. Relacionamentos amorosos	133
7.4.1. Ocultação do relacionamento.....	133
7.4.2. Ruptura de namoro ou noivado.....	135
8. DIREITO SUCESSÓRIO	137
8.1. Sucessão legítima	138
8.2. Sucessão testamentária	139
8.2.1. Deserdação sob alegação de identidade de gênero	140
8.2.2. Condição e encargo no testamento	142
8.2.3. Cláusula de incomunicabilidade	144
8.2.4. Alteração do nome do herdeiro ou legatário beneficiado em testamento	145
8.3. Doações e colação	145
9. O USO DE BANHEIROS E VESTIÁRIOS	148
10. DIREITO ELEITORAL E POLÍTICA.....	157
10.1. Nome social, nome retificado e o exercício da cidadania	158
10.2. Candidaturas transgênero e violência política	159
11. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	161
11.1. Mídia	161
11.2. Remoção e adequação de informações existentes na internet	165
11.3. Viés algorítmico	167
11.4. Sexualidade e o corpo eletrônico	169
12. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)	173
12.1. Sexualidade como dado sensível	173
12.2. Acesso indireto a dados sensíveis quanto à sexualidade.....	175
13. ESPORTES	177
13.1. Intersexo e competições esportivas	179
13.2. Pessoas transgênero em competições esportivas	181
14. EDUCAÇÃO.....	184
14.1. Garantia do direito à educação para pessoas transgênero	186
14.2. Educação como meio de mitigação dos preconceitos	191

15. DIREITO DO TRABALHO	195
15.1. Consequências para práticas discriminatórias	200
15.2. Dever de fomento da inclusão de pessoas transgênero no mercado de trabalho	202
15.3. Licença parental e identidade de gênero	203
15.4. Direitos trabalhistas especiais em razão do gênero	206
16. PREVIDÊNCIA	209
16.1. Transição e aposentadoria	211
16.2. Transição após aposentadoria	213
16.3. O Benefício da Prestação Continuada (BPC) para pessoas trans	216
17. FORÇAS ARMADAS	219
17.1. Serviço militar obrigatório e pessoas transgênero	220
17.2. Transição de gênero do militar das Forças Armadas	221
18. REFÚGIO/ASILO ÀS PESSOAS TRANS	224
18.1. O Brasil como destino para refugiados	226
18.2. Transgêneros do Brasil em busca de asilo no mundo	227
19. DIREITO PENAL	229
19.1. Licitude dos atos redesignatórios	229
19.2. Criminalização da transfobia	230
19.3. Homicídios e a banalização das vidas transgênero	234
19.4. <i>Bullying</i> e <i>cyberbullying</i>	239
19.5. Falta de alteração dos documentos e alegação de falsidade ideológica	241
19.6. Lei Maria da Penha e feminicídio	242
19.7. “Pânico trans” (<i>trans panic</i>) como fundamento de legítima defesa	245
19.8. Criminalidade e pessoas transgênero	247
19.9. Estupro corretivo	250
19.10. Adequado recolhimento no sistema prisional	251
<i>Referências Filmográficas</i>	263
<i>Referências Bibliográficas</i>	265